



Educomunicação nos cursos de Pedagogia e Jornalismo: conceito, usos e significados¹

Edilane Carvalho Teles²

Esther Santana dos Santos³

Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Juazeiro, BA

RESUMO

O presente artigo tem como escopo refletir o conceito, usos e significados da Educomunicação nos cursos de Pedagogia e Comunicação Social (Jornalismo em Multimeios)⁴, a fim de compreender nas sistematizações das propostas, os processos de ensino e extensão nos tempos-espacos dos currículos e formações promovidas na interface (Educação e Comunicação). Para tanto, propõe um estudo comparativo, o qual busca individualizar nos percursos construídos, uma análise sobre as práticas que viabilizam novas/outras possibilidades, além de desafios epistemológicos e teórico-metodológicos nas áreas de atuação, no diálogo com as mídias, tecnologias e processos comunicacionais. Esta é uma pesquisa participante que tem nas observações e realizações das propostas, a principal referência para o estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Educomunicação; Pedagogia; Jornalismo; Conceito; Práticas.

O direito a comunicação em uma sociedade midiaticizada

Assim como os direitos sociais, culturais e econômicos, o direito a comunicação e a liberdade de expressão são elementos que garantem a nossa participação na sociedade. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), em seu art. 19, destaca que: “[...] todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e

¹ Trabalho apresentado na DT 6 Interfaces Comunicacionais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de Julho de 2018.

² Docente dos Cursos de Comunicação Social (Jornalismo em Multimeios) e Pedagogia (Núcleo de Educação e Comunicação) do Departamento de Ciências Humanas, Campus III da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutoranda em Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM/ECA/USP) da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa EDUCERE - Educação Contextualizada, Cultura e Território. E-mail: edilaneledes@hotmail.com

³ Graduanda do Curso de Comunicação Social (Jornalismo em Multimeios) do Departamento de Ciências Humanas, Campus III da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Grupo de Pesquisa EDUCERE - Educação Contextualizada, Cultura e Território. E-mail: esther.santana1995@gmail.com

⁴ Cursos do Departamento de Ciências Humanas, Campus III da Universidade do Estado da Bahia.

transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras” (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948, Art. 19).

Desde a implantação dessa medida até a contemporaneidade, os formatos avançaram e surgiram outros meios que ampliaram o acesso à informação e a comunicação. Atualmente, além dos modelos da imprensa tradicional (rádio, TV, impressos), as instâncias da sociedade também sofrem os processos da midiaticização, potencializados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e mídias digitais, as quais estão em contínuos e diversos processos de elaborações, proposições, interações e compartilhamentos de dados e informações que já existem e/ou “novos”. Embora as possibilidades comunicacionais com/entre os sujeitos tenham crescido, se faz necessário questionar: que tipo de mediação e processo de midiaticização as tecnologias e mídias produzem? A imprensa, por exemplo, responsável por veicular e informar assuntos de interesse público sofre interferências de ordens política e econômica antes de transmitir a notícia. A qual se vale da liberdade de expressão para comunicar aquilo que é “conveniente”, o que nos resta questionar, “conveniente a quem?”. Portanto, ao analisarmos o cenário midiático e midiaticizado no Brasil, encontramos oligopólios e grupos hegemônicos com intencionalidades e posições direcionadas que comandam os meios de comunicação e, ao que parece, se sentem “desobrigados” em atender as funções de “compartilhamento democrático” a que esses espaços se propõem. Diante dessa conjuntura, o direito a comunicação está garantido? Segundo Peruzzo (2007, p. 27)

No que concerne ao entendimento do que vem a ser direito à comunicação, tradicionalmente as abordagens teóricas tendem a enfocá-lo sob o ângulo do direito ao acesso à informação ou como direito à liberdade de expressão. Tal concepção também está expressa nos ordenamentos jurídicos que abordam o tema. Ao nosso ver, tal concepção vem sendo renovada ao incluir a dimensão do direito à comunicação com acesso ao poder de comunicar. As liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, ao acesso à informação de qualidade irrefutável, nem apenas no direito de expressar-se por ‘quaisquer meios’ – o que soa vago, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores – de conteúdo.

O direito à comunicação e a possibilidade de criticar os entendimentos dos processos é o primeiro viés da Educomunicação, como um lugar de formação, onde se faz não apenas uma leitura crítica das mídias e TIC's, como a proposição de imbricar-se com estas, promovendo a construção dos próprios percursos, também na produção de conhecimentos com os meios.

A comunicação é aqui entendida nas nuances das multiplicidades das relações e inter-relações construídas pelos sujeitos nos processos comunicacionais e não de forma restrita ligada apenas à informação. Nas formações dos cursos de pedagogia e jornalismo, destaca-se o aspecto central da comunicação que, como afirma Wolton (2011, p. 11), não pode ser desconsiderada, uma vez que, “Desvalorizar a comunicação, que é desesperadamente buscada por todos na vida privada, profissional, política e social, significa se autodesvalorizar.” Ou seja, tal questão se faz presente na centralidade do entendimento sobre as transformações de mundo e campos de atuações que nos envolve, exigindo novas/outras interpretações dos seus significados e usos como *médium* de diálogo, nos quais as construções simbólicas são as bases sobre as quais erigem discursos e percursos que buscam orientar as ações dos sujeitos.

Nesta perspectiva, faz-se necessário perceber e olhar com os outros, as transformações dos dias de hoje que possibilitam avanços e retrocessos, desde o envio ao recebimento de mensagens, que tornaram-se instantâneas, num processo ainda pouco compreendido nos contextos educativos, afinal, o que faremos com tamanha velocidade? Acompanhamos ou questionamos sua construção pouco refletida? O nosso papel é o segundo, de questionamento de tais possibilidades. Ou seja, como repensar a comunicação num momento em que as mídias e TIC's, em parceria com o “triunfo da informação” tomaram a maiorias dos espaços e tempos de atuações dos sujeitos, em especial fora dos contextos de formações, aqui entendida como campo educacional? (IDEM, 2011)

Faz-se necessário refletir sobre as particularidades dos estudos da comunicação, relacionados ao contexto das mudanças da sociedade, na qual está inserida a educação que não tocam diretamente nas formações em tais abordagens e perspectivas. Portanto,

ao investigar conceitos como *mediatização* e *contexto mediatizado*, a abordagem se propõe como uma possibilidade que corrobora com o reconhecimento de um dos conceitos-chave e “*agente de mudança social e cultural*” (HJARVARD, 2012), considerando sua importância para o entendimento das/nas relações que envolvem a mídia e sua influência nas ações dos sujeitos.

Como afirma Hjarvard (IDEM), a forte presença das mídias “quase” independente na sociedade e cultura exige das instituições maior aproximação para compreender como as transformações dos/nos contextos mediatizados influenciam e alteram as relações. Pois, se integram às suas rotinas, mais especificamente a política e religiões (IBIDEM), atingindo esferas centrais dos discursos e práticas interativas. Há, portanto, uma perspectiva de “molde” de novos/outros padrões de interações e construções que passam a fazer parte do cotidiano, dos hábitos e costumes na produção e participação na cultura e sociedade. Pois,

A sociedade contemporânea está permeada pela mídia de tal maneira que ela não pode mais ser considerada como algo separado das instituições culturais e sociais. Nestas circunstâncias, nossa tarefa, em vez disso, é tentar entender as maneiras pelas quais as instituições sociais e os processos culturais mudaram de caráter, função e estrutura em resposta à onipresença da mídia. (IBIDEM, 2012, p. 54)

Relacionado ao primeiro aspecto deste estudo, o direito à comunicação constitui-se no “*a priori*” necessário para compreender o ir e vir dos meios, que através das pesquisas de recepção (GOMEZ, 2014) buscam compreender as possibilidades de respostas dadas ao contexto mediatizado. Entretanto, é preciso que estas não sejam meramente do campo científico de entendimento, de como nos sujeitamos e comportamos diante destes, a crítica e ação para a transformação, devem estar presentes, uma vez que não basta encontrar respostas, é preciso agir diante de uma prática que tendência à diversidade e ao conflito entre/com as proposições simultaneamente, de escolhas sugeridas por “*todos*”, como se a educação não soubesse qual percurso realizar e as respostas estivessem nos meios. As possibilidades são construídas *pelos e com* os sujeitos em sua interação com os outros, os meios e o mundo, em um processo contínuo de interpretações.

Assim, na interface dos campos (Educação e Comunicação), compreender as nuances e a complexidade que a fundamenta faz-se necessário na construção das propostas, pois no processo de imbricamento, deixa de ser “um” componente curricular e estudo de núcleo para tornar-se uma proposição de perspectiva paradigmática do fazer com a educomunicação nos currículos e formações. A seguir, serão apresentadas algumas diferenciações presentes nas formações dos cursos.

Diferenciações entre as duas propostas (Pedagogia e Jornalismo)

Um dos maiores desafios da formação em Educomunicação nos dois cursos se refere ao entendimento do conceito, usos e relevância da possibilidade de um campo que emerge da interface para a formação, seja para o graduando de pedagogia, como de comunicação. Em ambos os cursos, a proposta está presente, o que diferencia os currículos, pois ao direcionar para tal possibilidade, há um reconhecimento dos sujeitos e contextos sobre a emergência do campo, por isso sua existência e presença, contudo, necessita de maiores esclarecimentos, seja nas propostas registradas (currículos oficiais) como nas práticas que realizam.

Nestas, possuem diferenciações nos direcionamentos dos currículos e práticas, em cada uma, consta a princípio, um componente para a formação em Educomunicação (EDUCOM). No curso de Jornalismo é denominado de “Comunicação e Educação” sendo ofertado no 3º semestre, com carga horária de 60 horas, cuja ementa afirma que: “Discute os meios de comunicação - audiovisuais, sonoros e impressos - na sociedade contemporânea, suas implicações políticas, sociais e econômicas. As potencialidades educativas dos meios”. (BAHIA, 2013; 2016; 2017, s/p)

No curso de pedagogia, o direcionamento muda, o componente é definido de “Educação e Comunicação”, com a mesma carga horária e semestre de formação, cuja ementa é:

Estuda a educação e comunicação com seus conceitos básicos, suas transformações e relações. As aproximações entre educação e comunicação. A linguagem dos meios de comunicação visuais, sonoros e impressos na escola contemporânea e suas possibilidades educativas. Educação do olhar, o papel do educador na introdução dos conceitos de

Nas ementas acima, pode-se perceber as diferenciações das proposições registradas, o que, entretanto, não deixa claro com serão realizadas e, se referem à formação na perspectiva paradigmática da Educomunicação, em nenhuma delas aparece o termo/conceito. Tal análise até o momento, fica por conta da interpretação dos docentes que ministrarão os componentes, o que fragiliza a formação, pela falta de conceituação, usos e significados a serem construídos de forma aberta e não sistematizada pelos campos.

Outro aspecto a ser destacado se refere aos espaços e tempos definidos como “coerentes” para tal direcionamento, o que exige diálogo contínuo para ampliação de seu entendimento, pois mesmo que haja reconhecimento da sua relevância, os cursos tem como escopos, dois campos específicos de formação e ação profissional, o jornalismo (Comunicação) e a pedagogia (Educação), os quais são “atravessados” pela EDUCOM. Enquanto o primeiro escolhe apenas um componente em todo o curso, a possibilidade de ampliação fica como opção do graduando que poderá realizar o Estágio Curricular Supervisionado e o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) na área, dito desta forma, é uma opção, portanto, caso os graduandos não escolham tal percurso, os estudos da interface e possibilidade de investigação e atuação, ficam apenas para o componente vivenciado.

Para o curso de pedagogia, a complexidade se amplia, pois é um estudo que vem do campo da comunicação, encontrando neste contexto, outros dimensionamentos no que se refere ao diálogo com as TIC's e mídias, além da realização de projetos na perspectiva e paradigma na/da interface, portanto, é vista como uma “nova possibilidade” ainda em construção, dentro do próprio campo de conhecimento. Podemos afirmar diante da proposta registrada, mesmo com a limitada inserção no campo e prática pedagógica, a presença das intencionalidades daqueles que deram sentido e significado à proposta. Pois, além de constar no 3º semestre, define-se como um “Núcleo de Aprofundamentos de Estudos”, cuja linha investigativa é denominada de

Núcleo de Educação e Comunicação. Ou seja, o curso é de pedagogia, mas num dos vieses da formação, busca dialogar com a área, como linha e diretriz com a EDUCOM.

A proposta do curso apresenta três linhas de investigação e formação do pedagogo: (1) Educação Infantil e Séries Iniciais, (2) Educação e Comunicação e, (3) Educação de Jovens e Adultos. Sobre estas, os discentes optam a partir do 6º semestre por uma delas, para a continuidade e aprofundamentos dos estudos e pesquisas para o campo profissional futuro, sem, contudo, esclarecer o “lugar” da educomunicação (segunda opção) no curso, pois, ao final, o graduando será um pedagogo. Se irá atuar com a EDUCOM, ainda é uma aspecto profissional que não se consolidou nas referências dos egressos⁵. Portanto, a proposta precisa de esclarecimentos para docentes e discentes, desde o momento da escolha, pois não se trata de fugir do contexto da sala de aula, das implicações e dimensões que possui a formação do pedagogo, bem como, refletir sobre uma proposição que se apresenta como uma paradigma transversal, interdisciplinar e transdisciplinar (SOARES, 2011), no trato com as mídias e TIC's, na ampliação da atuação do profissional de educação além dos “muros da escola” como provoca. Entretanto, na perspectiva aqui apresentada, existem mais lacunas de entendimento da relação, do que um percurso consolidado de atuação.

As diferenciações não deixam claro se a EDUCOM nestas realidades é uma possibilidade como área incluída no curso e formação ou é um campo de conhecimento, nestas, a interface aparece mais no curso de jornalismo do que no de pedagogia. Enquanto a ementa do primeiro foca nos meios e estes “*não são educativos*”! Salientamos. A pedagogia propõe através da “repetição de palavras” enfatizando a inter-relação entre comunicação e educação, sem destacar o papel da interface, o “uso dos meios interativos”, não apresentando a necessidade de entendimento do conceito, significados e usos a serem construídos.

Ainda com relação à discussão da formação do pedagogo, se fazem presentes outras escolhas como a mídia-educação, tecnologias da informação e comunicação e sua

⁵ Os egressos que optaram pelo Núcleo apontam as incoerências durante a formação, pois ficam com a dúvida frequente sobre o lugar da EDUCOM na formação do pedagogo.

relação com a educação e, na realidade investigada, o acréscimo da EDUCOM, a qual possui um significado paradigmático, teórico e metodológico próprios, assim como as demais. Ao que parece, a priori negamos sua existência quando não consideramos a sistematização construída do seu estado da arte.

A EDUCOM é uma “[...] práxis social, originando um paradigma orientador de ações em sociedade” (SOARES, 2011, p.13). Portanto, se propõe para além da “mera aplicação” das TIC’s” e, tampouco é uma “educação *com e para* a comunicação”, se apresenta além disso, como campo de intervenção social, que encontra no diálogo com a educação a elaboração de linhas para aprofundar na relação, a construção de um outro campo. Nasce da construção dialógica entre os campos, como ação comunicativa e educativa. Um campo que emerge da interface, no qual a “figura profissional” “poderia” ser a de um “professor-educomunicador”. Enfatizamos aqui, algumas palavras-conceitos por entender que tal construto ainda não foi realizado e, em muitos contextos, sequer é discutido.

Nos cursos, a figura profissional não está clara, pois ao final serão jornalistas e pedagogos, o que nos resta, no momento é individualizar e compreender as contribuições que esta formação (por enquanto) pontual, representa para os cursos e formações.

As contribuições da Educomunicação no fazer jornalístico e na prática pedagógica

Ante a propagação de mensagens que objetivam a manutenção e concentração dos meios e demais sistemas vigentes é preciso desenvolver estratégias que subvertam a lógica da fragmentação e do êxito da informação, através da EDUCOM. A qual,

[...] designa um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os segmentos humanos, especialmente da infância e da juventude” (SOARES, 2011, p.15).

No curso de Jornalismo, as primeiras experiências educacionais, iniciam, como afirmado anteriormente, na disciplina de Comunicação e Educação. Após as primeiras interações e aprendizagens sobre a comunicação humana e etapas da sua

evolução, linguagens, reflexões sobre a sociedade, tecnologias, os grupos hegemônicos que controlam meios de comunicação, e demais temáticas abordadas durante os primeiros períodos, que buscou visualizar a EDUCOM como mais uma possibilidade de desenvolver outros ecossistemas⁶ e, além disso, promover formas de intervenção que alterem o panorama atual. Pois,

[...] diante de uma mídia que se sente livre para produzir e divulgar o que convém ao tipo de relação que mantém com o mercado, a educação se previne e cria programas de análise crítica das mensagens em circulação; por sua vez, a comunicação, desobrigada do ensino formal, não se furta em conduzir a formação de hábitos e valores de seus públicos, através do entretenimento e de uma publicidade especificamente dirigida ao segmento infanto-juvenil. Em outras palavras, os campos da comunicação e da educação, simultaneamente e cada um a seu modo, educam e comunicam” (IDEM, 2011, p.18).

Tomando esses conceitos como ponto de partida, é possível pensar em novos “moldes” no fazer jornalístico diário que extrapolem os métodos pré-concebidos. Respeitando sempre os pressupostos formulados pelos teóricos da comunicação e jornalismo, porém transcendendo a rotina; considerar critérios de noticiabilidade como a novidade, proximidade, marco geográfico, impacto, entre outros. Mas, principalmente questionar sua origem, interesse, quais públicos e como eles receberão essa mensagem. Dessa forma, a alfabetização midiática não começa na leitura crítica dos meios, mas no fazer, que também precisa ser crítico. Um fazer que compreenda os espaços de comunicação como públicos, inclusivos, democráticos e criativos.

A partir da assimilação desse conceito e do compromisso permanente de uma atitude crítica no fazer jornalístico, o processo de transmissão de informações se potencializa. Não só propaga, mas educa, dialoga e passa a estabelecer outros percursos que não são os “predominantes”. Não há somente transferência, mas interlocução. De acordo com Freire (2011), a comunicação implica numa reciprocidade, ela media a relação entre os sujeitos e para que haja mediação, precisa haver compreensão. As aprendizagens adquiridas na disciplina (teórico-prática), a partir de projetos desenvolvidos – estruturaram uma metodologia muito enriquecedora, imbrica-se no caráter do ensino na graduação, a dimensão da extensão, pois partem das ações com/

⁶ Ecossistema comunicativo – usado para designar as teias de relações das pessoas que convivem nos espaços onde esses conjuntos de ações são implementados.

para o campo. Assim, quando os meios de comunicação apresentam a perspectiva dialógica, os sujeitos são estimulados a pensar em outras possibilidades, pensam na diversidade, num contexto onde a ação democrática está (deveria!) no centro do processo, potencializando a comunicação dialógica (Quadro).

COMUNICAÇÃO DIALÓGICA	
Meios de Comunicação	Sujeitos
Comunica	Interpreta/ Questiona
Educa/Estimula	Conscientiza
Escuta/ Compreende/ Reformula	Retribui/ Participa/Comunica

Quadro: Proposição comparativa entre os meios e os sujeitos na comunicação dialógica.

Quando consideramos o contexto atual, onde predominam as TIC's é válido refletir sobre como esses aparatos podem ser utilizados e ressignificados para que outros ecossistemas comunicativos sejam constituídos. Mas os usos das tecnologias também precisam ser compreendidos como mediações nos diálogos sociais e educativos, não a sua apropriação. Assim como a integração a seu contexto, os usos e significados incentivam a educação e concedem outros modelos de comunicação e expressão, não como finalidade, assegurando a extrapolação. Pois, “[...] falamos de um projeto que discute essencialmente o sentido da ação educativa em sua totalidade, para o que a tecnologia dará sua contribuição, caso seja pensada como forma de expressão e não simplesmente como inovação didática” (SOARES, 2011, p. 56)

Na pedagogia, a proposta ainda necessita de entendimento sobre a polissemia do termo, qual sua relação com o campo educacional, num contexto específico da formação docente. Os diversos sentidos encontrados na práxis e literatura, apresentam um grande variação na construção conceitual e de significados, como, por exemplo, uma proposta de campo, o que entra em confronto com a educação. Seria um campo se apropriando do fazer do outro? Qual o seu lugar? Soares (2011) define como um campo de mediações, em diálogo com os espaços de conhecimento crítico, criativo e voltado para cidadania e solidariedade, com referenciais teórico-práticos em Freinet, Freire,

Martín-Barbero, Mario Kaplún (entre outros) na gênese da emergência formativa e profissional, o que aproxima das propostas efetivada também na educação.

Assim, mesmo partindo do avanço de um outro campo, o comunicacional, os cursos ao individualizarem a proposta, corroboram a partir da sistematização atual de educomunicação (NCE/USP⁷; SOARES, 2011), fortalecendo a interface, e apresentando-se como outra alternativa no trato com as TIC's na formação, cuja ampliação e difusão, tem na inclusão deste aspecto na graduação de profissionais/educadores tanto nos cursos de Jornalismo em multimeios como de Pedagogia, como é o caso do DCH III/UNEB.

Com a proposta, o desafio aos campos é de revisitação das possibilidades de imbricamento, a partir da interface que está posta, a qual, apesar dos avanços, ainda é um percurso em construção.

Considerações Finais

Este estudo se propôs a definir que existem posicionamentos distintos para os dois cursos, a começar com os nomes dos componentes, a “comunicação” parte do seu campo e, dependendo da formação e entendimento sobre a EDUCOM, a força das investigações e ações polarizam para o próprio campo, tal afirmação também vale para o campo educacional. Este último, torna-se mais complexo, pois ultrapassa os desejos de um estudo pontual e propõe o núcleo, portanto, uma linha investigativa dentro das próprias referências para a formação e atuação profissional, o que destacamos, necessita ser melhor definida pelos sujeitos no campo, em seus aspectos científicos, acadêmicos e profissionais.

Desta forma, propomos iniciar com a compreensão da comunicação como direito, pois o maior desafio da interface e interação nos contextos não está na informação, mas na comunicação, a primeira é a mensagem, a segunda a relação, muito mais complexa numa sociedade de muitas diversidades e incompreensões, como é o mundo que vivemos. O momento atual seja para a sociedade, assim como para os cursos, graduações e discentes é da possibilidade interpretativa e de ampliação do

⁷ Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo.

entendimento de que as informações têm tomado o lugar da comunicação, se colocando no centro do processo como a primeira e “muito importante” referência das mediações propostas, o que exige repensar a comunicação e os processos ligados a esta, os quais são potencializados pelos avanços num contexto de crise econômica e de apropriações também das formações pelo mercado.

Uma das maiores contribuições está nas discussões sobre as mediações e sua centralidade como conceito e práxis necessárias à formação, como princípio que potencializa a continuidade dos processos educacionais e comunicacionais, proposição que surge a partir das referências. Assim, amplia-se a compreensão e imbricamento dos campos, pautados na inter-relação, no qual um novo desafio se apresenta: a interpretação e compreensão das formações e atuação com as propostas de EDUCOM para redimensionar a prática pedagogo e a atuação do jornalista, destacando no processo, a implicação crítica do repensar as “fronteiras dos conhecimentos” que constroem os discursos dos/nos campos, no contexto contemporâneo midiático, tecnológico e hipertextual, que exige reelaborações contínuas dos discursos no cenário de formação.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em 23 mai 2018.

BAHIA. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Comissão de Reformulação Curricular. **Projeto de reconhecimento do Curso de Pedagogia - Licenciatura**. Campus III. Colegiado do Curso de Pedagogia. _ Juazeiro: O departamento, 2011.

_____. Comunicação Social: Jornalismo em Multimeios. **Matriz do curso**. Disponível em: <http://www.uneb.br/juazeiro/dch/comunicacao-social-jm/estrutura-curricular-a-partir-de-2013-2/> In: 08/07/2017.

_____. Universidade do Estado da Bahia. **Resolução nº 1.600/2013**. Aprova e autoriza a implantação do redimensionamento curricular de Comunicação Social - Jornalismo em Multimeios - Bacharelado. Aprovado pela Resolução CONSEPE (Conselho Superior de ensino, pesquisa e extensão). 2013.

_____. **Resolução Nº 1870/2016**. Aprova o Currículo Reformulado do curso de Graduação em Jornalismo em Multimeios. Aprovado pela Resolução CONSEPE (Conselho Superior de ensino, pesquisa e extensão). 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

GOMEZ, Guillermo Orozco. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.



Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da
Comunicação

XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste - Juazeiro - BA - 5 a 7/7/2018

HJARVARD, Stig. (2012). Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**. Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP. São Paulo: ECA/USP. v. 5, n. 2. Jan/Jun, 2012. pp. 53-92.

PERUZZO, Círcia M. Kroling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**. o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção educomunicação)

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.